

Europa

## **O pessimismo inconsequente**

Maria João Seabra

Com o alargamento da União, a diminuição das ajudas financeiras, a reforma das instituições, instalou-se em Portugal um grande pessimismo relativamente ao futuro da participação portuguesa na Europa. O problema é que o pessimismo conduz ao imobilismo, quando em 2003 seria crucial dinamizar a participação portuguesa no debate sobre o futuro da Europa.

Subitamente (se bem que talvez não inesperadamente) é como se Portugal tivesse estado a sonhar acordado desde 1986 e agora acordasse para uma realidade de pesadelo, como se, de repente, a União Europeia passasse a ser sinónimo dos piores receios. Basta olhar para as páginas de opinião dos jornais portugueses para encontrar um discurso profundamente pessimista sobre o futuro de Portugal na União Europeia. Com o alargamento, as perspectivas de redução das ajudas comunitárias e a reforma institucional, parece ter surgido uma percepção de desajustamento, de que o lugar de Portugal pode não ser na União. Esta percepção, certamente agravada pela crise económica, tem, no entanto, profundas raízes no que tem sido a atitude (e por vezes a política) de Portugal perante o processo de integração da Europa.

Desde logo, encontra-se uma distinção entre os interesses de Portugal e os interesses da União, que agora aparecem como quase inconciliáveis – e daí que seja encontrar afirmações, por exemplo, que o alargamento é bom para a União, mas mau para Portugal. É óbvio que não se trata meramente de uma espécie de egoísmo nacional, mas o alargamento é visto sobretudo como uma fatalidade inescapável, que não poderá trazer nada de bom a Portugal. Se se reconhece a total legitimidade da vontade de adesão das novas democracias da Europa central e de leste, sendo mesmo frequente usar-se o exemplo português para apoiar as pretensões dos candidatos – se a Europa ajudou Portugal numa altura decisiva, não pode agora virar as costas a quem desse apoio igualmente necessita – se essa vontade não existisse seria muito melhor para o país.

Se é certo que o alargamento trará alterações profundas à União, também é certo que não vai alterar uma das características centrais do processo de integração: a União não é um

jogo de soma zero, ou seja, um processo onde, para alguém ganhar, tem que haver alguém a perder. Do mesmo modo, também não é uma simples soma de interesses individuais dos seus membros. Existem, como é óbvio, interesses contraditórios e mesmo impossíveis de conciliar, mas a participação comum na União não só transforma os interesses nacionais como cria, efectivamente, interesses comuns – de Portugal à Estónia, passando pela Eslovénia e por Malta.

Muito do pessimismo relativamente ao alargamento tem na sua base a perspectiva de redução, e mesmo o fim, das ajudas estruturais a Portugal, apontando-se 2006 como o fim das transferências financeiras. Tal como se apresentam neste momento, os pacotes financeiros não parecem, na realidade, muito favoráveis a Portugal, mas a verdade é que também não o são para os novos Estados membros, pelo que a atenção se deve centrar na absoluta necessidade de aumentar o, agora baixíssimo, orçamento comunitário. E aqui, mais uma vez, não é possível que se limite a análises a afirmações do tipo “os contribuintes alemães não estão dispostos a pagar mais auto-estradas em Portugal”. Muito mais do que isso, toda a discussão das perspectivas financeiras está directamente relacionada com o próprio futuro da União, um interesse comum a todos; e, por mais duras que as negociações venham a ser, terão que partir do pressuposto que uma União efectiva, eficiente, activa, com peso na cena internacional, com uma moeda única, não poderá sobreviver com o actual orçamento – e a sua sobrevivência, e o seu reforço, é um interesse vital, tanto para os países da coesão como para os contribuintes líquidos.

O mesmo tipo de análise se aplica a toda a questão da reforma institucional, um tema recorrente nos receios portugueses em relação à evolução da União Europeia. Trata-se, aqui, de ver a reforma numa perspectiva de “grandes e pequenos”, de ver quem tem mais poderes no seio das instituições e particularmente no Conselho de Ministros. Questão presente já em Amsterdão e em Nice, a reforma institucional sempre foi tema de “estimação” em Portugal, cuja política, até agora, tem sido a defesa acérrima do status quo – quanto menos mudanças, melhor, de preferência nenhuma. A diferença é que, agora, há uma percepção generalizada de que o imobilismo já não é possível – logo, Portugal será necessariamente prejudicado.

O problema de fundo de todo o pessimismo que reina em Portugal é a sua profunda incoerência. Discutir os problemas e desafios reais da União, e da participação portuguesa no processo, poderia levar a um debate abrangente e criador, que contasse com uma participação muito maior da sociedade civil. Este não é o caso, como, aliás, se

pode ver na reduzida importância que é atribuída aos trabalhos da Convenção Europeia. Mas, o pessimismo está, muito pelo contrário, a levar a um immobilismo. Se agora já não podemos sair da União (um desejo que, por vezes, parece estar latente nalgumas análises) resta-nos aguardar, como se agora, de Leste, só soprassem ventos de desgraça.

A verdade é que, em 2003, será absolutamente fundamental que se consiga alterar esta percepção. Mais do que nunca, Portugal está na Europa, partilha os seus interesses com os restantes Estados membros, futuros e actuais, e deve ser um parceiro activo, capaz de defender os seus interesses e os interesses da União – e não haverá melhor momento para ultrapassar o immobilismo do que optar claramente por uma participação intensa e criativa na Convenção Europeia.